

Ano XXVII nº 6798 – 14 de abril de 2023

## Caixa: Acusações contra ex-presidente continuam sem desfecho



Um ano após as denúncias de assédio moral e sexual contra o ex-presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, o caso, que tem desdobramentos nas esferas trabalhista e criminal, ainda não tem um desfecho.

“A Caixa fez um acordo com o MPT (Ministério Público do Trabalho) para reduzir a indenização que a ela foi imputada. Mas, defendemos que os prejuízos sejam cobrados de quem cometeu a infração. Pois, se o banco tiver que pagar, quem acaba arcando com o ônus é a própria sociedade”, disse a coordenadora da Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa,

Fabiana Uehara Proscholdt, ao defender que os valores sejam cobrados de Pedro Guimarães, caso as denúncias sejam comprovadas.

Para a coordenadora da CEE, a responsabilidade da Caixa deve ser administrativa. “O banco precisa garantir que as denúncias das empregadas e empregados sejam ouvidas e as investigações não sejam engavetadas. Também deve garantir o sigilo e evitar que haja retaliações contra os denunciantes. As pessoas que sofrem com o assédio não podem sofrer novamente com as perseguições”, disse.

De acordo com reportagem veiculada no jornal Folha de S. Paulo, em acordo com o MPT, a Caixa se comprometeu a: Receber e encaminhar as denúncias dos funcionários em até 30 dias; Concluir as investigações internas em até seis meses; Facilitar o recebimento de denúncias.

Para o presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae), Sergio Takemoto, na nova gestão houve uma grande mudança de rumo com relação ao assédio moral. A percepção é que, agora, existe um ambiente de trabalho mais saudável, mas que também cobra a participação dos empregados na formulação e acompanhamento de medidas de combate ao assédio.

---

## Bancos cortam quase 900 vagas em fevereiro

Para continuar com a lucratividade expressiva, os bancos insistem em práticas desumanas, como cortar postos de trabalho. As empresas fecharam 882 vagas em fevereiro. Foi o maior número desde novembro de 2020, quando foram eliminadas mais de duas mil vagas.

É o quinto mês consecutivos que os bancos eliminam postos de trabalho, segundo o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados). Os dados são compilados pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

No acumulado de 12 meses - março de 2022 a fevereiro de 2023 -, o saldo negativo foi de 2.063 vagas. Os bancos múltiplos com carteira comercial são responsáveis por grande parte das demissões.

Os números demonstram que as organizações financeiras vão na contramão da necessidade do setor que é de contratar mais empregados para melhorar as condições de trabalho e reduzir a sobrecarga.

---

## Juros altos fazem a economia travar

Em 13,75% ao ano, a taxa básica de juros (Selic), que é definida pelo Banco Central (BC), dá ao Brasil o indigesto título de país com os juros reais mais altos do mundo, da ordem de 7,5% ao ano. Nesses patamares, os juros causam danos sistemáticos à economia e podem levá-la à estagnação, o que agravaria o quadro social brasileiro, que já soma 33 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar.

Os estragos alcançam toda a cadeia produtiva. Só no primeiro bimestre deste ano, por exemplo, 195 empresas pediram falência ou concordata, número 60% maior do que no mesmo período de 2022.

A presidenta da Contraf-CUT lembra que esses são os efeitos nocivos de uma Selic tão alta. “Quando não há financiamento acessível para a produção, empresas começam a quebrar e o nível de emprego a cair”, observou.